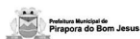


Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Quinta-Feira, 25/09/2025



ESTADO DE SÃO PAULO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Declara situação de emergência nas áreas do Município afetadas por deslizamentos - 11321, conforme legislação aplicada ao tema.

O Senhor Gregório Rodrigues Pontes Maglio, Prefeito do Município de Pirapora do Bom Jesus, localizado no estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei orgânica Nº 08 e pela lei federal que disciplina a declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública no âmbito do SINPODEC, e:

CONSIDERANDO:

I - Que devido às fortes chuvas que atingiram o município no dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, aproximadamente às 17:00h neste município.

II - Que em decorrência dos seguintes danos materiais e ambientais, do deslizamento do talude.

III - A manifestação da defesa civil relatando a ocorrência deste desastre, conforme relatório 125/2025.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FID e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como deslizamentos - 11321, conforme legislação aplicada.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da secretaria de governo e defesa civil, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos VI e XXV do artigo 9º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.



Art. 5º. Em caso de utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema, com a observância de suas condições e consequências, caso necessário.

Art. 6º. Com fundamento na Lei 14.133/2021, sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência ou de estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a reconstrução de empresas e a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por 365 (trezentos e sessenta e cinco dias).

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete Prefeito aos 24 dias do mês de setembro de 2025

Gregório Rodrigues Pontes Maglio
Prefeito Municipal

Pirapora do Bom Jesus-SP, 25 de setembro de 2025

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Prefeito Municipal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CF97-A76E-FCC9-DE1B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR (CPF 124.XXX.XXX-08) em 25/09/2025 16:46:26 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/CF97-A76E-FCC9-DE1B>